

Debate sobre apagões: muito calor e pouca luz¹

Eduardo Belo²

Um comerciante da região central de São Paulo gastou mais de 30% do faturamento do mês quando ficou três dias sem energia, em novembro. O gasto se deu com o aluguel de gerador e compra de combustível. Não para manter o negócio aberto, mas para assegurar a sobrevivência do filho.

A criança, de 9 anos, sofre de doença degenerativa e fica conectada a aparelhos de respiração. Quando acabou a energia, o comerciante entrou em alerta. O telefone do serviço que atende domicílios cadastrados com pacientes que não podem ficar sem eletricidade estava congestionado. Decidiu agir. Recorreu ao aluguel de um gerador portátil. Acreditou que dispensaria o equipamento no dia seguinte, mas precisou dele por mais dois dias.

Em março, a região voltou a sofrer falta de energia. Sua casa e comércio não chegaram a ser afetados, mas a preocupação com o problema a poucas quadras de distância lhe tirou o sono.

O drama é apenas um entre centenas de casos semelhantes. A própria Enel, concessionária responsável pelo abastecimento da capital, admite que na cidade de São Paulo mais de 35 mil pessoas foram afetadas por queda e oscilações de energia este ano.

Para o engenheiro elétrico Phelipe Azevedo, da comercializadora Lead Energy, problemas como o da Enel decorrem da falta planejamento e investimento. É uma questão controversa. A empresa afirma que desde 2018, quando assumiu a concessão, investiu o equivalente a R\$ 1,4 bilhão por ano. Parece não ser suficiente.

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/coluna/debate-sobre-apagoes-muito-calor-e-pouca-luz.ghtml>

Acessado em 04.04.2024

² Editor de Brasil do Valor Econômico

O temporal do início de novembro, acompanhado de fortes ventos atípicos, pode até ser colocado na conta dos eventos climáticos extremos, uma excepcionalidade, portanto. Mas não foi o caso das quedas de fornecimento na região central de São Paulo em março. Faltou energia por três ou quatro dias em áreas do centro paulistano, depois de alguns dias de fornecimento intermitente na região.

Convém dizer que em boa parte da região a fiação é aterrada, solução apontada por especialistas como a melhor do ponto de vista técnico e estético. A concessionária apontou justamente o aterramento - atingido segundo a empresa por uma obra da Sabesp - como responsável pela demora no restabelecimento da energia.

Uma das alegações é de que não foi possível identificar os pontos de interrupção. Segundo especialistas, é um argumento desconectado da realidade. A tecnologia permite saber exatamente o ponto em que o fornecimento foi interrompido. O que teria faltado é um sistema que rapidamente restabelecesse a energia em áreas adjacentes ao problema. A outra alegação, mais verossímil, foi de que parte dos dutos se encontrava alagada.

“O melhor caminho seria que as distribuidoras melhorassem o planejamento para eliminar as fragilidades em suas redes de distribuição, criando planos de contingência para situações adversas, construindo alternativas de fornecimento de energia a uma determinada região quando uma linha ou equipamento falhar e, principalmente, investir em equipamentos mais robustos, que possam diagnosticar com mais precisão as eventuais falhas”, comenta Azevedo. Segundo ele, tecnologia para isso já existe.

Depois dos incidentes, autoridades começaram a se manifestar. O prefeito de São Paulo deu várias declarações contra a empresa e a acionou na Justiça, na Aneel e no TCU. O que ele não mencionou é que grande parte do problema de novembro foi devido a queda de árvores.

A reportagem “Falta de manejo é principal causa de queda de árvores em São Paulo”, de Rafael Vazquez, publicada pelo **Valor** em 9 de janeiro, dá a exata noção de que a prefeitura falhou no papel que lhe cabia.

O governador do Estado também criticou a companhia. O ministro de Minas e Energia se saiu com uma ameaça não de todo verossímil de cassar a concessão. A pergunta é: nada poderia ter sido feito antes que a situação atingisse esse ponto?

Reportagem publicada na edição do **Valor** da terça-feira, 2, pelos jornalistas Fabio Couto e Robson Rodrigues mostra que a Enel tem cumprido regularmente os termos e exigências do contrato de concessão. Portanto, será preciso mais que esbravejar para tirar a Enel do jogo.

Se o serviço é claramente ruim, que se apliquem as sanções previstas no contrato. A Enel recebeu uma série de multas e pode ainda levar outras, ser legalmente obrigada a realizar ações para melhorar o serviço e até ser desqualificada em futuras licitações. Se nada disso funciona ou funcionar, é preciso agir com mais rigor - respeitando os ritos da lei, obviamente.

Em entrevistas com especialistas, o **Valor** mostrou na terça-feira, 2, que o modelo de contrato de concessão é desatualizado, vem das décadas de 1980 e 1990, e não tem capacidade para prever e lidar com situações atuais. Uma delas, os eventos climáticos extremos, cada vez mais presentes.

Autoridades atentas a seu papel de fiscalização e controle teriam proposto aditamentos e atualizações. Em sua defesa, alguns provavelmente dirão que a lei não permite. Mas é sempre possível mudar a lei quando é preciso renovar concessões antes do prazo e rever o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Então talvez seja também possível prestar atenção na qualidade do serviço.

O balanço da situação mostra que o debate em torno da crise de abastecimento de energia da maior cidade do país gera muito calor e pouca luz. Cabe às concessionárias empregarem todos os esforços para prestar o melhor serviço. São remuneradas para isso. A tarefa do poder público é fiscalizar e tomar providências aos primeiros sinais de deterioração da qualidade. O cidadão que paga a conta quer e precisa do serviço prestado. A qualidade de vida depende disso. Em alguns casos, a própria vida depende.